

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PERSPECTIVA SOBRE O OLHAR DA EDUCAÇÃO NA UNIDADE ESCOLAR JOSÉ DE DEUS BARROS

SANTOS, Maria Cléofas Iasmin Arioli dos¹
Orientadora: Ma. Isabel Cristina Orquiz²

RESUMO

A educação de Jovens e Adultos é uma oportunidade para que as pessoas que não puderam realizar seus estudos o façam, mesmo tendo passado a idade e período adequado de formação escolarizada. Desta forma, o presente estudo objetiva conhecer à realidade da EJA no contexto da Unidade Escolar José de Deus Barros, situada na cidade de Picos, no Bairro Parque de Exposição, participaram da pesquisa o educador e os alunos da VII etapa. Utilizou-se questionários como instrumento de coleta de dados, o mesmo contempla questões que envolvem: motivação para retornar aos estudos; dificuldades de aprendizagem; avaliação e outros. O trabalho está fundamentado em autores como: Maria Clara Di Pierro, Orlando Joia, Vera Masagão Ribeiro, Márcia Friedrich, Anna M. Canavarro Benite, Claudio R. Machado Benite, Viviane Soares Pereira, entre outros. A pesquisa é de característica qualitativa. Os resultados alcançados apontam para uma educação ainda precária e que enfrenta diversos fatores que envolve escola, família, comunidade, sociedade, bem como o Poder Público são co-responsáveis pela formação educacional de jovens e adultos.

Palavras-chave: EJA. Aprendizagem. Formação escolarizada.

INTRODUÇÃO

A educação escolar é um bem e um direito indispensável para o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser social, e não somente no que diz respeito ao mercado de trabalho, mas também para seu desenvolvimento e sua atuação na sociedade como seres críticos e ativos com capacidade de agir sobre ela. A EJA é uma modalidade de ensino cujo objetivo é ofertar ou atender aquelas pessoas que não tiveram ou, não puderam ter acesso aos estudos na idade própria. Por isso, nesse artigo propõe-se refletir sobre aspectos educacionais e sociais dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos que estão frequentando as aulas regularmente, e que estão matriculados na 7ª etapa, na Unidade Escolar José Deus Barros, localizada no Bairro Parque de Exposição, situada na cidade de Picos, PI, com o objetivo de apresentar as motivações e dificuldades mobilizadoras e determinantes que os alunos enfrentaram e enfrentam para permanecer na escola e dar continuidade aos seus estudos. O presente trabalho

¹ Maria Cleofas Iasmin A. Dos Santos Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, cleofasiasmin@gmail.com;

² Ma. Isabel Cristina Orquiz, Professora orientadora: Mestre, Universidade Federal do Piauí - UFPI, isabelorquiz@ufpi.edu.br

traz uma análise sobre os desafios encontrados na EJA, considerando os aspectos da escola e sociedade e suas implicações na educação e na vida social dos alunos.

É importante compreender que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que prima pelo sujeito, possui políticas nacionais que favorecem a inclusão social, trazendo de volta à escola, jovens e adultos que por diversos motivos ou dificuldades não permaneceram no ensino regular. Mas o que é notável é que escola e sociedade, até o momento, não possuem esse entendimento, e resistem ao fato de aceitarem essa realidade da EJA, que vem sendo caracterizada pelo ingresso de alunos cada vez mais jovens. É preciso considerar que as políticas públicas que abrangem a modalidade da EJA, não são apenas teorias bonitas, mas que devem ser estudadas e colocadas em práticas de acordo com a realidade de nosso país e contexto atual.

METODOLOGIA

É notável que a EJA ao longo dos anos passou por diversos períodos e fases, tais questões foram levantadas para fundamentação da pesquisa no âmbito da oferta do ensino da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa realizada é de característica qualitativa, pois abrange aspectos educacionais e sociais dos alunos envolvidos.

A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar José Deus Barros, localizada no Bairro Parque de Exposição, situada na cidade de Picos, PI. Atualmente a escola da rede estadual oferta as modalidades de ensino: ensino regular, ensino fundamental, ensino médio, EJA - fundamental e ensino médio.

A pesquisa foi direcionada para modalidade de Educação de Jovens e Adultos que estão frequentando as aulas regularmente, e que estão matriculados na 7ª etapa, no período noturno, com o objetivo de apresentar as motivações e dificuldades que os alunos enfrentaram e enfrentam para permanecer na escola e dar continuidade aos seus estudos, e além dos alunos, participaram também os professores e o coordenador pedagógico da escola. Utilizou-se questionários como instrumento de coleta de dados para analisarmos a realidade dos alunos e professores concernentes a Educação de Jovens e Adultos, que abrange fatores tanto sociais como educacionais, dificuldades e anseios, suas impressões e perspectivas sobre a EJA.

Durante as entrevistas realizadas com os alunos, o que ficou claro é que os alunos em sua maioria são geralmente trabalhadores (as), essa atividade resume-se no principal motivo pelo qual esses alunos deixaram de estudar na idade adequada. Quando questionados sobre os

principais motivos pelos quais os levaram a desistir dos estudos, os jovens e adultos foram categóricos, foi a necessidade de trabalhar.

Uma pesquisa realizada por Ramos (2013) aponta que existe uma recíproca relação entre o estudante e o trabalho enquanto atividade de existência humana. E percebemos que existe essa relação entre o aluno e o trabalho, pois consideramos que a necessidade que esses alunos têm de estudar é para conseguirem uma oportunidade melhor de emprego e melhoria de vida, que pode ser adquirida através dos estudos.

As respostas apresentadas em relação ao espaço da escola por parte dos alunos, partindo da realização de análise dos dados e das informações levantadas pelos questionários, consideramos que existe um entrelaçamento entre as razões e as motivações dos jovens e adultos no retorno aos estudos, pois a educação é para eles a garantia de ter acesso ao mundo do trabalho, a garantia de ter ascensão social e profissional. Muitos dos alunos, frequentadores da Educação de jovens e Adultos, já passaram pelo ambiente escolar. Por algum motivo de ordem econômica, de trabalhos, acessibilidade a escola, e até mesmo por razões familiares, abandonaram a escola.

Em relação aos professores entrevistados, foi abordado questões de ordem educacional e política, tem em vista o tipo de metodologia utilizada em sala de aula, os tipos conteúdos que são abordados e se estão relacionados com a prática e realidade dos alunos, a maneira de como acontece a avaliação da aprendizagem na disciplina, e seu olhar sobre os desafios e contribuições da EJA para formação cidadã de seus educandos.

Pinto (1982, p 83) descreve:

O educador tem que considerar o educando como um ser pensante. É um portador de ideias e um produtor de ideias, dotado frequentemente de alta capacidade intelectual, que se revela espontaneamente em sua conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral. O que ocorre é que em presença do erudito arrogante, "culto" (o "doutor") o analfabeto se sente inferiorizado e seu comportamento se torna retraído.

O professor da EJA necessita ter um perfil adequado para trabalhar com metodologias específicas para adultos. O educador exerce papel fundamental na educação de Jovens e Adultos, dele depende o sucesso e a permanência do aluno em sala de aula. Sendo assim, este educador necessita perceber, o potencial de cada aluno, valorizando seus conhecimentos previamente adquiridos. É necessário que o professor saiba ouvir, impor ideias e respeitar

ideias, na medida certa fazer suas colocações. Só é capaz de impor autoridade, quem conhece a liberdade. Pois ambas estão interligadas.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil vem a muitos anos lutando para extinguir o analfabetismo de jovens e adultos no país, com isso, inúmeros projetos, campanhas e políticas públicas foram criadas para que tal questão fosse sanada. No entanto, por um longo período, surgiram diversos projetos para campanhas semelhantes, cujo objeto era conseguir diminuir o índice de analfabetismo do país, mas todos os esforços não foram satisfatórios e não alcançaram o objetivo esperado.

De acordo com Di Pierro (2005), a Educação de Jovens e Adultos passou a ser exercida em pleno período colonial a partir das atividades missionárias dos Jesuítas, apesar da existência de práticas educativas destinadas a jovens, grande parte das ações educacionais era destinada a índios e negros adultos. Ao longo dos anos o cenário político, sociocultural e econômico vem se transformando e dando espaço para inovações no campo educacional.

Com as Constituições e leis no âmbito dos direitos legais voltadas à educação, muitas vezes procuravam mudanças que no plano realista ou na prática pouco ou nada do que era declarado se tornou efetivado. E por vezes a educação de adultos fora deixada a mercê e não se dava a devida importância.

Mas com a Constituição de 1934, esse cenário começou a sofrer mudanças. Surgiu então, a proposta de criação de um Plano Nacional de Educação e inclusão em suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, e pela primeira vez foi viabilizado um ensino o qual foi destinado aos adultos.

Segundo Beneti e Benite (2010) no Brasil, a partir de 1940, houve um aumento nas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação insatisfatória e ineficiente durante todo o período colonial, Imperial e Primeira República, ao qual a educação passou, agora ganha um “corpo”, uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo o território nacional.

Esse feito pelo Estado, fez com que expandisse o quadro os direitos sociais de cidadania focados nas políticas públicas, ou seja, nas diretrizes da educação, visando a sanar os problemas relacionados a educação de jovens e adultos.

Mas foi a partir de 1947 que foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), mais tarde nomeada Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEEA), que tinha como função reorientar e coordenar os trabalhos e planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. E é nesse contexto que surge a política em favor da educação de adultos. A partir de então muitas campanhas e programas foram lançadas com o intuito de conter e erradicar o analfabetismo no Brasil.

Algumas dentre tantas operações militantes, se destaca o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, o programa era sustentado no movimento pela democratização de oportunidades e escolarização básica dos adultos, apoiado e patrocinado pelo Estado, contou com a ilustre contribuição do educador Paulo Freire.

É possível identificar três programas que se destacaram na luta contra o analfabetismo. Dentre eles podem destacar: o MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, de 1967-1985; a Fundação Educar-1986-1990 e o Programa Brasil Alfabetizado de 2003 até os dias atuais.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 é responsabilidade do Estado oferecer gratuitamente o ensino fundamental a jovens e adultos que seja por condição de vida ou de trabalho, que estiveram impossibilitados de concretizar os estudos em idades regulares. A constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do estado e da família [...]" e ainda ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ela não tiveram acesso na idade escolar.

Na década de 90 emergiram iniciativas em favor da Educação de jovens e adultos, o governo incumbiu também os municípios a se engajarem nesta política, ocorrem parcerias entre ONG's, municípios, universidades, grupos informais, populares, Fóruns estaduais, nacionais e através dos Fóruns a partir de 1997 a história da EJA começa a ser registrada no intitulado "Boletim da Ação Educativa".

Em 2003 foi criada a Secretária Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta era erradicar o analfabetismo durante os quatro anos de mandato do governo Lula. Para tanto foi lançado o Programa Brasil alfabetizado, que visa não só a educação de adultos, como também a formação de alfabetizadores.

De acordo com Masagão Ribeiro (2001) foi somente a partir da segunda metade do século XX, após esses diversos movimentos, políticas e projetos que o Governo Federal atuou

de maneira eficaz e a Educação de Jovens e Adultos torna-se parte de uma política de educação nacional.

A legislação atual em vigor que rege a respeito da EJA, encontra-se amparada na lei de diretrizes e bases de educação nacional n° 9394 de dezembro de 1996, constam no título V (dos níveis e da modalidade de educação e ensino), capítulo II (de educação básica), seção V, dois artigos relacionados, especificamente, a educação de jovens e adultos.

A proposta curricular da modalidade do Ensino de Jovens e Adultos tem como base a Revolução nº01/2000 e no Parecer CNE/CEB nº11/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, essa Proposta tem por finalidade subsidiar o processo de reorientação curricular nas secretarias estaduais e municipais de educação, bem como nas instituições e escolas que atendem a EJA.

É notável a necessidade de uma preparação da escola para o desenvolvimento dessa modalidade, é indispensável à constituição de um corpo docente especializado e disposto a trabalhar diretamente com as especificidades da EJA. Sobre esta abordagem, Arroyo (2005) argumenta que

[...] poderíamos encontrar outros indicadores de que estamos em um tempo propício para a reconfiguração da EJA. Um dos mais promissores é a constituição de um corpo de profissionais educadores (as) formados (as) com competências específicas para dar conta das especificidades do direito à educação na juventude e na vida adulta. (p.21)

Se considerarmos essa questão sobre a gestão escolar, no que diz respeito à organização didático-pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, percebemos que a maior parte das escolas congelou-se no tempo, em seus processos educativos, que são pertinentes a essa modalidade de ensino. Percebemos na atualidade, que muitas escolas têm dificuldades de explorar os projetos político-pedagógicos, saída da teoria para prática, o que percebemos ainda é um ensino mecânico e sem uma real intencionalidade, pois ainda existe um desconhecimento ativo de leis e políticas públicas produzidas para escolarização da EJA em sua maioria, por parte dos sujeitos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Questionário do Professor

Quadro 01

Questão 1	Resposta
Como você concebe a modalidade de ensino EJA no atual cenário educacional?	Uma oportunidade de estudos para os jovens e adultos que desejam dar continuidade aos estudos diante da diversidade do público alvo da EJA.

Fonte: Dados coletados pelo questionário aplicado

Quadro 02

Questão 2	Resposta
Como você relaciona os conteúdos com as vivências de seus alunos?	Contextualizando os conteúdos através de exemplos que envolvam a realidade dos alunos, assim como projetos que desenvolvam outras habilidades e competências linguísticas.

Fonte: Dados coletados pelo questionário aplicado

Quadro 03

Questão 3	Resposta
Você considera sua metodologia de ensino adequada para o processo de aprendizagem de seus educandos, EJA?	Sim. Planejo minhas aulas com metodologias adequadas ao público da EJA.

Fonte: Dados coletados pelo questionário aplicado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a evasão escolar é uma realidade que está presente em nossas escolas, sempre é um assunto importante a ser discutido, pois isso, é um fato e ainda continua a acontecer. Diversos problemas são encontrados e principalmente por conta das políticas públicas na área da educação.

Podemos considerar, que o aluno que trabalha durante o dia e estuda à noite, por si só já é uma jornada cansativa. As dificuldades encontradas no que diz respeito à aprendizagem são mínimas, diante de tamanho empenho, tanto por parte do educando como do educador, afim, de mantê-los na escola. Podemos afirmar que os resultados aqui destacados permitem considerar que as principais motivações de jovens e adultos em retornar aos estudos estão ligadas ao desejo de conseguirem alcançar um bom emprego, ascender socialmente e profissionalmente.

Observamos que o aluno da EJA precisa de um planejamento diferenciado e condizente com sua realidade cotidiana, mas, necessitam de incentivo, carinho e respeito, para que possa deixar de ser mero expectador e passe a ser um ser crítico e ativo na sociedade. Então cabe ao educador dessa modalidade de ensino refletir sobre sua prática pedagógica, além da compreensão de ser um processo de grande responsabilidade social e educacional, onde ele é o mediador do conhecimento, pois de certa forma, depende dele o sucesso e a permanência do aluno em sala de aula.

É necessário também repensar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, com objetivo de garantir uma educação adequada na oferta do ensino, e que seja condizente com a realidade desses Jovens e Adultos que fazem parte desse processo, no qual é um direito conquistado e deve ser cumprido.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens-adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

BENITE & BENITE; FRIEDRICH; PEREIRA. **Trajatória da escolarização de jovens e adultos no Brasil**: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867.pdf>>. Acessado em 07 junho 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição: 1988: texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. : Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996... – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2002.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo, ed. 1982.

RAMOS, Renata Fornelos d’Azevedo. Juventude e trabalho. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; RODRIGUES, Rosana Mara C.; SODRÉ, Maria Dorath B. (orgs.). **Educação do Campo e contemporaneidade**: Paradigmas, estratégias, possibilidades e interfaces. Salvador: EDUFBA, 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CEB nº 11/2000, 2000.

_____. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento/ coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; -São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.